



PARECER DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 3.025, DE 2023

Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MARX BELTRÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, de autoria do Poder Executivo, apresentado na Câmara dos Deputados em 13 de junho de 2023, tem por objetivo reformular as regras de comércio e transporte de ouro no Brasil, sendo que seu texto elimina a presunção de boa-fé na comprovação da origem do metal e torna obrigatória a emissão de nota fiscal eletrônica nas operações de compra e venda, entre outras medidas.

A proposição é fruto de um exaustivo esforço de elaboração feito por um grupo de trabalho¹ que envolveu diversos ministérios e órgãos do Poder Executivo, tendo sido capitaneado pelo Ministério da Justiça, com a finalidade de atender à determinação e mandamento contidos na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da ADI nº 7.345², requerida pelo Partido Verde e outros, que suspendeu a presunção da boa-fé e determinou ao

¹ Grupo de Trabalho, criado pela Portaria nº 292, de 26 de janeiro de 2023, instituído no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a finalidade de propor medidas contra a atuação de organizações criminosas, inclusive com a exploração do garimpo, em terras indígenas. Compuseram o Grupo de Trabalho os seguintes órgãos: Secretaria de Acesso à Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal. E foram convidados a participar representantes dos Ministérios dos Povos Indígenas, de Minas e Energia, da Defesa, dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Fazenda.

² Protocolada em 31/03/2023 sob o nº 0068904-80.2023.1.00.0000.





Executivo a criação de um novo marco legal para o mercado de ouro extraído no País.

A síntese da decisão do Supremo tribunal Federal é a seguinte:

"(...) Ante o exposto, defiro o pedido formulado e determino, desde já, ad referendum do Pleno (art. 5º, §1º, da Lei 9.882 c/c art. 21 da Lei 9.868): 1) a suspensão da eficácia do art. 39, § 4º, da Lei Federal 12.844/2013; 2) a adoção, no prazo de 90 (noventa) dias, por parte do Poder Executivo da União (inclusive as autarquias de natureza especial que falaram nestes autos), de: (a) **um novo marco normativo para a fiscalização do comércio do ouro, especialmente quanto à verificação da origem legal do ouro adquirido por DTVMs;** (b) **medidas (legislativas, regulatórias e/ou administrativas) que inviabilizem a aquisição de ouro extraído de áreas de proteção ambiental e de Terras Indígenas**". (grifei)

Na justificativa da proposição, têm-se as razões delineadas nos termos da Exposição de Motivos Interministerial nº 57/2023 MJSP-MF-MME-MMA-MPI, de 19 de maio de 2023, a qual, preliminarmente, explica a motivação do projeto de lei sob exame, informando que: "(...) Foi identificado o problema de exploração ilegal de ouro em terras indígenas e unidades de conservação, a inexistência de controle sobre a cadeia de compra e venda do ouro oriundo do regime de Permissão de Lavra Garimpeira - PLGs, brechas na legislação que permitem o 'esquentamento' do ouro extraído ilegalmente de territórios protegidos, e que a exploração mineral ilegal causa devastação, conflitos socioambientais, contaminação e a crise humanitária pela qual passam vários territórios indígenas".

O PL nº 3.025/2023 contém nove artigos e a cláusula de vigência que, de acordo com a Exposição de Motivos supramencionada, abordam e disciplinam, de modo sintetizado, os seguintes aspectos:

a) estabelece que, no regime de permissão de lavra garimpeira, o ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial até a sua primeira venda, que será exclusiva para instituições integrantes do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN);

b) cria as cadeias de controle pelo Sistema Financeiro Nacional, órgãos sobre lavagem de dinheiro e Agência Nacional de Mineração (ANM);

c) exige que o transporte e a custódia de ouro, de qualquer natureza, ocorram acompanhados de Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

d) cria a exigência de nota fiscal eletrônica para os atos de comercialização do ouro no país;

e) estabelece a previsão de pena de apreensão e perdimento em favor da União para o ouro que circular fora dessas regras;

f) institui o fim da presunção de boa-fé e a possibilidade de responsabilização de elos da cadeia de compra e venda de ouro, estabelecendo ainda o dever de comprovação da origem da produção do ouro proveniente das PLG;

g) cria o sistema para registro, controle e gestão das informações pela ANM;

h) revoga os seguintes dispositivos legais: o art. 2º e o § 1º do art. 3º, da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989; o art. 9º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 e; os arts. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

O projeto foi distribuído às Comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR





II.1. Adequação orçamentário-financeira

Nos termos da letra h do inciso X do art. 32 do RICD, compete à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) o exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”. O art. 1º da Norma Interna da CFT prevê que “o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, de que trata o art. 53, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, será feito mediante a análise da conformidade de proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas”, entre estas, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e as disposições específicas estatuídas na Constituição Federal.

O PL nº 3.025/2023 contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não tendo sido encontrados elementos que apontassem para a existência de repercussão líquida e certa, direta ou indireta, na receita ou na despesa da pública da União. Por conseguinte, concluímos, em consonância com o art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que não cabe a essa comissão pronunciar-se sobre sua compatibilidade ou adequação financeira ou orçamentária.

O Substitutivo ao PL nº 3.025/2023, anexo, apresentado na Comissão de Minas e Energia, cria, no art. 6º, a chamada Taxa de Registro das Transações e de Marcação Física do Ouro, pela utilização do Sistema de Rastreabilidade do Ouro (TOURO). A proposição estabelece que a taxa será de competência da Casa da Moeda do Brasil e o produto de sua arrecadação constituirá receita vinculada dessa empresa pública federal não dependente, cujas programações de investimentos figuram no orçamento de investimento das leis orçamentárias anuais da União. Assim, verifica-se que o Substitutivo promove um aumento líquido das receitas públicas da União e, por essa razão, concluímos por sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.





II.2. Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023.

A proposição está inserida na competência legislativa privativa da União (art. 22, “VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais”; e “XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia”, da Constituição Federal), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48, CF). Portanto, a iniciativa legislativa do Poder Executivo é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas com as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, na proposição, observam-se os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

II.3. Mérito

Quanto ao mérito, a proposição se mostra relevante, na medida em que busca suprir dispositivos já superados no nosso ordenamento jurídico, bem como objetiva aprimorá-lo e atualizá-lo, mediante alterações e algumas revogações de disposições constantes da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, que “Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário”, bem como da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, e da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.





Com efeito, convém ressaltar que, como bem descrito na Exposição de Motivos que acompanha o PL, foi observado que os principais problemas na comercialização do ouro foram gerados pela prática ilegal do garimpo, sobretudo na Região Norte do Brasil, tendo sido constatada a vinculação dessas operações ilegais com o crime organizado, evidenciando-se a lavagem de dinheiro e, notadamente, a ocorrência de inúmeros conflitos socioambientais dele decorrentes, que envolveram e vitimaram os povos indígenas da região. Nesse cenário, há dados colhidos de relatos de inúmeras operações da Polícia Federal, que foram realizadas no intuito de combater os crimes provenientes da exploração ilegal de ouro em terras indígenas. Nessas operações policiais, foi constatada a presença ilegal do garimpo naquelas áreas, quando foram gerados uma série de conflitos violentos.

Destaque-se ainda³, nesse contexto, que:

- O Ministério Público Federal, a partir de sua 4ª Câmara, já havia elaborado um extenso estudo apontando os fatos irregulares denunciados, demonstrando a necessidade de controle da cadeia de produção e de comércio, de modo a dificultar o processo de “esquentamento” do ouro extraído em locais onde essa extração é proibida;
- No âmbito da ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, já foram propostas várias alterações legislativas e regulamentares destinadas à estruturação de mecanismos de rastreabilidade na cadeia produtiva do ouro;
- Há várias decisões judiciais, sobretudo do STF, e de tribunal internacional determinando providências para proteção de povos e territórios indígenas.

Logo, entendemos que esta Casa Legislativa não pode se furtar de enfrentar, com urgência, a discussão desta matéria e tampouco tardar em promover as modificações necessárias e inadiáveis em nosso ordenamento jurídico, a fim de coibir condutas criminosas que vêm sendo verificadas na

³ Conforme informado no item 4 da Exposição de Motivos Interministerial nº 57/2023.





comercialização de ouro no país. Desse modo, buscar-se-á assegurar, com a implementação de tais medidas, a efetiva e eficaz rastreabilidade dessas transações comerciais relacionadas com o ouro, assegurando, por via de consequência, a proteção das regiões onde habitam os povos indígenas, como no caso dos Yanomami⁴.

Entendemos que as medidas que mencionamos a seguir contidas no projeto são importantes para propiciar maior efetividade na fiscalização e controle das atividades concernentes ao ouro, evitando práticas ilegais.

Inicialmente, se estabelece que a primeira venda do ouro deverá ser realizada somente pelo titular da permissão de lavra garimpeira (PLG) ou pelo mandatário legalmente constituído. Por sua vez, a primeira aquisição do ouro oriundo de PLGs somente poderá ser realizada por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que deverão registrar todas as aquisições de ouro realizadas, além de terem o dever de identificar:

- a) o posto de atendimento, a agência ou o estabelecimento congênere responsável pela compra;
- b) o número da permissão de lavra garimpeira de origem; e
- c) a quantidade transacionada, sem prejuízo de outras informações que venham a ser exigidas pela ANM.

Importante destacar que o ouro é um dos poucos bens físicos que podem apresentar duas naturezas jurídicas, uma vez que a mesma barra de ouro pode ser considerada como ativo financeiro e também como mercadoria. No projeto, propõe-se que, no regime de permissão de lavra garimpeira, o ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial até a sua primeira venda. Nessa situação, o titular do direito minerário, irá lavrar o ouro, exercer um beneficiamento mínimo sobre o metal e vendê-lo,

⁴ Conforme informado no item 12 da Exposição de Motivos: “A crise humanitária na Terra Indígena Yanomami e o crescimento dos conflitos no campo nos anos de 2021 e 2022 robustecem o argumento de necessária atuação emergencial do Estado na tutela do meio ambiente e dos povos originários”.





posteriormente, para uma instituição financeira (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM). A DTVM, por sua vez, irá providenciar a fundição do ouro, que será transformado em barras.

Ademais, de acordo com o projeto, as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional deverão manter estruturas de gerenciamento de riscos capazes de: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos advindos da aquisição de ouro, sendo que, na adoção dessas medidas, deverão, no mínimo, se utilizar de:

a) diligências quanto à verificação da veracidade das informações fornecidas pelo vendedor, inclusive quanto à origem lícita do ouro comercializado;

b) medidas de prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, contidas na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, conforme previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e em regulamento correlato do Banco Central do Brasil.

Adicionalmente, em conformidade com o projeto, se a instituição financeira (DTVM⁵) verificar a tentativa de venda de ouro de origem ilegal, deverá reportar o ocorrido à ANM e ao órgão de segurança pública competente, para adoção das providências cabíveis.

Outra medida proposta no PL de grande alcance prático na prevenção de ocultação ou camuflagem de práticas criminosas na comercialização de ouro é aquela que visa a impedir de exercer o controle societário, de participar do grupo de controle societário, bem como de ocupar cargos de administração ou funções em órgãos estatutários ou contratuais, de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar

⁵ Por conta da sua natureza, as DTVM – Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários são reguladas, prioritariamente pelo Banco Central (BC), que tem na sua Circular nº 3978, de 23/1/2020, o principal regramento para fins de prevenção à lavagem de dinheiro ao qual estão sujeitos. São autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por delegação de competência do Conselho Monetário nacional, conforme art. 4º, V, da Lei nº 4.595/64 (“V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira”). (grifei)





pelo Banco Central do Brasil, que realizem a atividade de primeira aquisição de ouro oriundo de lavra garimpeira, daquelas pessoas que:

- a) sejam titulares de processos minerários;
- b) tenham recebido poderes para atuar em nome de titulares de direitos minerários para a comercialização de ouro;
- c) tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática de diversos crimes⁶;
- d) tenham cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, que se enquadrem nas hipóteses das alíneas “a” e “b” acima.

Nesse contexto de restrições, acertadamente impostas pelo PL em exame, fica ainda definido que as pessoas que se encontrarem, na data da publicação da Lei, nas hipóteses de impedimento mencionadas, deverão regularizar sua situação no prazo de até sessenta dias, para o caso de administradores de sociedades envolvidas; e em até cento e vinte dias, para o caso de controladores dessas mesmas sociedades, observadas a forma e as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e a legislação aplicável.

⁶ O extenso rol dos crimes abrangidos pela redação do art. 7º, inciso III, do PL, é o seguinte:

- “a) organização criminosa, previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013;
- b) receptação qualificada, previsto nos § 1º e § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;
- c) extração, transporte ou comercialização de ouro sem título minerário, previsto no art. 2º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, ou sem licenciamento ambiental, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- d) “lavagem”, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998;
- e) grilagem, previsto no art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;
- f) concussão, previsto no art. 316 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;
- g) corrupção ativa, previsto no art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;
- h) corrupção passiva, previsto no art. 317 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;
- i) contra a economia popular, previstos nos art. 2º a art. 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951;
- j) contra a fé pública, previstos nos art. 289 a art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;
- k) contra a ordem tributária, previstos nos art. 1º e art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;
- l) apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal; ou
- m) sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal.”





De outro modo, mas com a mesma coerência normativa de se buscar prevenir a prática de ilícitos, o descumprimento das referidas obrigações atinentes a essas instituições sujeitará as pessoas envolvidas às penalidades previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, sem prejuízo da adoção de outras medidas de supervisão, a exemplo do afastamento do exercício do cargo ou da função em sociedades, além da possibilidade do cancelamento da autorização para funcionamento da instituição.

O projeto também prevê a revogação expressa dos artigos 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 19 de junho de 2013, que tratam da comercialização e transporte de ouro produzido em áreas de garimpo, tema que passará a ser disciplinado pela lei que se pretende aprovar.

O PL propõe ainda, de modo acertado, a revogação do art. 9º da Lei nº 11.685⁷, de 2008, que permite a comercialização da produção de ouro do garimpeiro diretamente com o consumidor final, o que dificulta sobremaneira o efetivo controle da produção desse metal para se evitar a ocorrência das práticas ilegais que se pretende combater.

No que tange ao disciplinamento do tratamento tributário da comercialização de ouro, com o objetivo de evitar fraudes e facilitar a fiscalização, o PL prevê a obrigatoriedade de utilização de nota fiscal eletrônica nas operações com o metal.

Por outro lado, consideramos que as medidas propostas pelo projeto podem ser aperfeiçoadas.

Uma medida que entendemos essencial para se atingir os objetivos do projeto em causa é a criação de um sistema de rastreabilidade de todo o ouro produzido no país, por meio da marcação física e digital do metal e registro de todas as transações e de todos os envolvidos na cadeia produtiva, com o fim de identificar a legítima origem e reprimir a extração e comercialização ilegal em todo o território nacional.

⁷ Lei que instituiu o Estatuto do Garimpeiro.





A operacionalização do sistema de rastreabilidade do ouro será realizada pela Casa da Moeda do Brasil, com exclusividade, e abrangerá a implantação, a manutenção preventiva e corretiva do sistema, o fornecimento dos equipamentos exclusivos de inspeção e o desenvolvimento contínuo de tecnologia, em observância aos requisitos estabelecidos por regulamento da ANM.

O Sistema de Rastreabilidade do Ouro será financiado pela criação da Taxa de Registro e de Marcação Física do Ouro, de competência da Casa da Moeda do Brasil, e será cobrada pela utilização efetiva do Sistema de Rastreabilidade do Ouro.

A marcação física será um requisito obrigatório para a prova de regularidade da posse e transporte de ouro e sua ausência ensejará a apreensão e perdimento do metal e o pagamento de multa, além de implicações penais. Portanto, a sistemática permite atestar a origem regular do ouro por meio de uma marcação feita no próprio metal, associada às informações referentes a sua origem e transações posteriores.

Por esse motivo, optamos por oferecer o substitutivo em anexo, pela Comissão de Minas e Energia, que promove a referida modificação.

II.4. Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Minas e Energia, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, na forma do Substitutivo anexo, apresentado nesta Comissão.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação financeira ou orçamentária do Projeto em receitas ou despesas públicas da União e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Substitutivo apresentado na Comissão de Minas e Energia, e, no mérito, pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo apresentado na Comissão de Minas e Energia.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, e do Substitutivo apresentado no âmbito da Comissão de Minas e Energia e, no mérito, pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo apresentado na Comissão de Minas e Energia.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MARX BELTRÃO
Relator

2025-20882

Apresentação: 08/12/2025 11:14:00.030 - PLEN
PRLP 3 => PL 3025/2023

PRLP n.3





PLENÁRIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.025, DE 2023

Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda, transporte e rastreabilidade de ouro no território nacional; e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade obrigatória de ouro de qualquer natureza, origem ou regime de aproveitamento no território nacional.

Art. 2º No regime de permissão de lavra garimpeira, o ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial até a sua primeira venda, que será exclusiva para instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

§ 1º A primeira venda do ouro somente poderá ser realizada pelo titular da permissão de lavra garimpeira ou mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado em sistema eletrônico, previsto no art. 7º desta lei, cujo uso deverá ser regulamentado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), vedado o substabelecimento.

§ 2º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Bacen deverão registrar, por meio do sistema previsto no art. 7º desta lei, todas as aquisições de ouro realizadas, identificando:





I – o posto de atendimento, a agência ou o estabelecimento congênere responsável pela compra;

II – a região aurífera produtora;

III – o número da permissão de lavra garimpeira de origem;

IV – a massa de ouro bruto adquirida e transacionada;

V – os dados de identificação do vendedor, incluídos:

a) o nome;

b) o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) o número de registro no órgão de registro do comércio da sede do vendedor; e

d) os dados do representante do vendedor naquele ato;

VI – outras informações que venham a ser exigidas pela ANM.

§ 3º O pagamento referente à operação de que trata o caput deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de crédito à conta de depósito ou de pagamento.

Art. 3º A utilização de nota fiscal emitida eletronicamente é obrigatória nas operações com ouro, a qual será registrada, obrigatoriamente, no sistema previsto no art. 7º desta lei.

Parágrafo único. A emissão da Nota Fiscal Eletrônica nas operações com ouro ativo financeiro ou ouro instrumento cambial deverá observar as normas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 4º O transporte e a custódia de ouro, independentemente de sua natureza, origem ou regime de aproveitamento, para qualquer parte do território nacional, ocorrerão acompanhados da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que:

I – será expedida eletronicamente pelo vendedor, por meio do sistema previsto no art. 7º desta lei, em cada transação;





II – terá um número de registro próprio e individualizado e será exclusiva para a massa de ouro nela identificada;

III – perderá a validade após consumada a venda, registrado o número da Guia na respectiva Nota Fiscal Eletrônica da primeira aquisição.

§ 1º O transporte de ouro a que se refere o caput será realizado pelo emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro ou pelo mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado no sistema previsto no art. 7º desta lei, vedado o substabelecimento.

§ 2º O emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro será responsável civil e criminalmente pelas informações prestadas sobre o ouro vendido e transportado.

§ 3º O transporte do ouro da área de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira até a instituição legalmente autorizada a realizar a primeira aquisição ocorrerá exclusivamente na circunscrição da região aurífera produtora, acompanhado da Guia de Transporte e Custódia de Ouro.

§ 4º Entendem-se por região aurífera produtora os Municípios localizados na região geográfica coberta pela província ou pelo distrito aurífero nos quais estão localizadas as frentes de lavra, conforme estabelecido pela ANM, com fundamento em estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil.

§ 5º Estará sujeito à apreensão e ao perdimento o ouro produzido sob regime de permissão de lavra garimpeira que, antes de sua primeira aquisição, seja transportado para fora da região aurífera produtora.

§ 6º A ANM disporá sobre a emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que deverá conter, no mínimo:

I – os dados completos de identificação do vendedor e do comprador, ou do estabelecimento responsável pela custódia, incluídos:

a) o número do Registro Geral (RG);

b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e





c) o endereço completo;

II – o Estado e o Município do local de origem do ouro;

III – a Guia de Transporte e Custódia de Ouro referente à primeira comercialização, contendo as seguintes informações:

a) o número do processo minerário da permissão de lavra garimpeira, da concessão de lavra ou de outro título minerário que tenha autorizado a extração e a venda do ouro;

b) o número da licença ambiental e o respectivo órgão emissor;

c) a indicação da origem do mercúrio utilizado no processo de extração do ouro, caso faça parte desse processo;

IV – a massa de ouro objeto da transação, em grama (g);

V – o teor do ouro;

VI – o local para onde o ouro será transportado;

VII – os dados de identificação do transportador;

VIII – o período no qual o transporte ocorrerá, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

IX – os números das Guias de Transporte e Custódia de Ouro anteriores, para os transportes e as custódias posteriores à primeira aquisição;
e

X – demais documentos que comprovem a legalidade na rastreabilidade do ouro desde a origem.

§ 7º Caberá à ANM regulamentar o uso do sistema previsto no art. 7º desta lei que possibilite:

I – o registro das informações cadastrais dos outorgados, bem como das informações prestadas, por estes, para fins do procedimento fiscalizatório;





II – o registro das aquisições de ouro realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º;

III – a gestão das informações sobre as Guias de Transporte e Custódia de Ouro;

IV – a disponibilização das informações, em transparência ativa e para os fins previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

V – o compartilhamento de dados e informações com as autoridades competentes para investigação e produção de prova criminal.

Art. 5º A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino será realizada, mediante registro das informações e marcação física, na forma prevista no art. 7º desta lei, e:

I – até a primeira aquisição, mediante a apresentação da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

II – após a primeira aquisição, mediante a apresentação da Guia de Transporte e Custódia de Ouro e da respectiva nota fiscal emitida eletronicamente, relativa à última transação, sem prejuízo de outras informações exigidas pela ANM ou por órgãos ambientais.

Parágrafo único. Estará sujeito à apreensão pelos órgãos competentes e ao perdimento no âmbito administrativo pela secretaria especial da Receita Federal do Brasil o ouro transportado ou sob custódia que esteja:

I – sem o devido registro das operações no sistema de rastreabilidade e marcação física, conforme disposto no art. 7º desta lei; e

II – acompanhado por documentação fiscal irregular ou que contenha informações incompletas ou falsas.

Art. 6º Fica criada a Taxa de Registro das Transações e de Marcação Física do Ouro, pela utilização do Sistema de Rastreabilidade do Ouro (TOURO), de competência da Casa da Moeda do Brasil (CMB).





§ 1º O fato gerador da TOURO é o registro das transações no sistema e a marcação física do metal.

§ 2º Os contribuintes da TOURO são as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades autorizadas de extração, tratamento, refino, beneficiamento, depósito, custódia, transporte, primeira aquisição, compra e venda de ouro, inclusive para exportação, responsáveis pelo registro das transações no sistema e pelo pedido de realização da marcação física do metal.

§ 3º A taxa incidirá mediante alíquota específica por barra de ouro, nos termos estabelecidos em ato administrativo da CMB, de acordo com os custos efetivos da prestação do serviço de marcação física do metal para fins de rastreabilidade.

§ 4º A alíquota específica de que trata o § 3º deste artigo poderá ser reajustada, anualmente, mediante ato administrativo da CMB, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e observada a variação dos custos da operação e dos investimentos no sistema de rastreabilidade.

§ 5º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes, mensalmente, até o quinto dia útil do mês seguinte ao pedido de marcação formulado pelo interessado, condicionando-se a realização desta ao devido pagamento.

§ 6º O produto da arrecadação da TOURO constitui receita vinculada no orçamento geral da União, destinada à CMB, exclusivamente, a título de remuneração dos serviços públicos prestados.

Art. 7º Fica instituído o sistema de rastreabilidade do ouro que deverá incluir o registro obrigatório de todas as transações e de todos envolvidos na cadeia produtiva, com marcação, física e digital, com fim de identificar a origem legítima e combater a comercialização ilegal em todo território nacional.





§ 1º A marcação inequívoca e segura, será confeccionada, aplicada e gerida pela Casa da Moeda do Brasil, e conterá dispositivos de segurança aprovados pela ANM, possibilitando a verificação de sua autenticidade no momento da aplicação e ao longo da cadeia produtiva, mediante a utilização de equipamentos de inspeção exclusivos dos órgãos de controle.

§ 2º O sistema de que trata o caput não exclui as competências dos órgãos ambientais, fiscais, regulatórios, as atividades de perícia ou o gerenciamento de bancos de dados de perfis auríferos de responsabilidade técnico-científica da Polícia Federal.

§ 3º A operacionalização do sistema de que trata o caput será realizada pela Casa da Moeda do Brasil, com exclusividade, e engloba a implantação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de rastreabilidade de ouro, o fornecimento dos equipamentos exclusivos de inspeção e o desenvolvimento contínuo de tecnologia, em observância aos requisitos estabelecidos pelo regulamento da ANM.

§ 4º Regulamento expedido pela ANM, no prazo de até 60 dias, detalhará os procedimentos, auditoria por órgãos regulares e de segurança, o cronograma para entrada em operação, a qual iniciará em até 90 dias a partir do regulamento, a forma e o valor mínimo da taxa de registro das transações e de marcação física do ouro.

§ 5º A taxa de que trata o § 4º decorre do uso, registro das transações e dos envolvidos, emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro e a marcação, e será custeada, previamente, pelas pessoas físicas e jurídicas indicadas no § 7º deste artigo, cujo financiamento é indispensável para o regular funcionamento do sistema.

§ 6º As receitas previstas no § 5º serão destinadas à Casa da Moeda do Brasil e não se sujeitarão a desvinculação orçamentária da União.

§ 7º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades autorizadas de extração, tratamento, refino, beneficiamento, depósito, custódia,





transporte, primeira aquisição, compra e venda de ouro, inclusive para exportação, ficam obrigadas à utilização do sistema de rastreabilidade e serão responsáveis pela remuneração à CMB, prevista no § 5º.

Art. 8º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Bacen manterão, na forma de regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e no sistema previsto no art. 7º desta lei, estruturas de gerenciamento de riscos capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos advindos da aquisição de ouro, que compreendam, no mínimo:

I – diligências quanto à verificação da veracidade das informações fornecidas pelo vendedor, inclusive quanto à origem lícita do ouro comercializado;

II – medidas de prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e em regulamento do Bacen.

§ 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter em seus arquivos, por 10 (dez) anos e em via digital, independentemente do valor da operação, todos os documentos que comprovem as informações da alienação do ouro.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º deste artigo poderão ser solicitados a qualquer tempo pelo Bacen, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

§ 3º Verificada qualquer irregularidade na tentativa de alienação de ouro, a instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional a que se refere o caput reportará o ocorrido à ANM, à RFB e à autoridade policial competente, para adoção das providências cabíveis.

§ 4º As instituições financeiras e seus representantes que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos às penalidades previstas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

no art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da CVM), e nos arts. 5º a 10 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Art. 9º São impedidas de exercer o controle societário, de participar do grupo de controle societário e de ocupar cargos de administração ou funções em órgãos estatutários ou contratuais de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Bacen que realizem a atividade de primeira aquisição de ouro oriundo de lavra garimpeira as pessoas que:

I – sejam titulares de processos minerários;

II – tenham recebido poderes para atuar em nome de titulares de direitos minerários para a comercialização de ouro;

III – tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática de algum dos seguintes crimes:

a) organização criminosa, previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Lei de Organização Criminosa);

b) receptação qualificada, previsto nos § 1º e § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

c) extração, transporte ou comercialização de ouro sem título minerário, previsto no art. 2º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, ou sem licenciamento ambiental, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais);

d) “lavagem”, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

e) grilagem, previsto no art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano);

f) concussão, previsto no art. 316 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);





g) corrupção ativa, previsto no art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

h) corrupção passiva, previsto no art. 317 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

i) contra a economia popular, previstos nos arts. 2º a 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 (Lei dos Crimes contra a Economia Popular);

j) contra a fé pública, previstos nos arts. 289 a 311-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

k) contra a ordem tributária, previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

l) apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

m) sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

IV – tenham cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II do caput.

§ 1º As pessoas que se encontrarem, na data de publicação desta Lei, nas hipóteses de impedimento de que trata o caput deverão regularizar sua situação em até 60 (sessenta) dias, no caso de administradores, e em até 120 (cento e vinte) dias, no caso de controladores, observadas a forma e as condições estabelecidas pelo CMN e a legislação aplicável.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º do caput sujeita as pessoas envolvidas às penalidades previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, sem prejuízo da adoção de outras medidas de supervisão, como o afastamento do exercício do cargo ou da função referidos no caput e o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

cancelamento da autorização para funcionamento da instituição, nos termos da legislação aplicável.

Art. 10. A Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

§ 1º

.....

II – o ouro extraído sob regime de permissão de lavra garimpeira.

.....” (NR)

“Art. 3º As operações e a destinação do ouro a que se refere o art. 1º desta Lei serão comprovadas por meio das notas fiscais emitidas eletronicamente e da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, nos termos previstos em legislação própria, sem prejuízo de outros documentos exigidos em regulamentação.

§ 1º (Revogado).

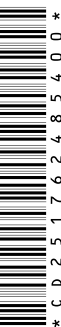
§ 2º O ouro fora do sistema de rastreabilidade estará sujeito a:

a) apreensão pelos órgãos competentes; e

b) perdimento pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).” (NR)

Art. 11. A custódia, comercialização e o transporte de ouro em desacordo com o previsto nesta Lei sujeitarão os envolvidos à responsabilização cível e criminal, além das penalidades previstas nos arts. 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), e nos arts. 63 e 64 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 12. Eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei estarão sujeitas às disponibilidades orçamentárias e financeiras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

Apresentação: 08/12/2025 11:14:00.030 - PLEN
PRLP 3 => PL 3025/2023

PRLP n.3

Art. 13. A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 68. Quando houver indícios de infração punível com a pena de perdimento, a mercadoria importada ou a exportar será retida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, até que seja concluído o correspondente procedimento de fiscalização.” (NR)

Art. 14. Revogam-se:

I – na data de publicação desta Lei:

a) o art. 2º e o § 1º do art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989;

b) os art. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013;

II – o art. 9º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, em 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MARX BELTRÃO
Relator

2025-20882

